

Artigo Original

Questão migratória em discursos políticos: empatização e descentramento

Migration issue in political speeches: empathization and decentering

Wander Emediato

Resumo: Compreender a questão migratória vai além da visão da imigração como um “problema de sociedade”, como uma ameaça ao bem-estar de um povo ou às suas características identitárias e culturais. Discursos políticos com frequência representam os imigrantes de forma reducionista. Quando o processo de imigração se torna tema do discurso político, passa a representar e, ao mesmo tempo, incitar, visões e atitudes antitéticas, que chamaremos aqui de empáticas e não empáticas. O objetivo deste artigo é analisar os modos como discursos políticos falam da imigração e refletir sobre a importância da empatia para uma melhor compreensão do lugar do imigrante e da imigração.

Palavras-chave: Imigração; Empatia; Discurso político.

Abstract: Understanding the migration issue goes well beyond seeing immigration as a “society problem”, as a threat to the well-being of a people or to their identity and cultural characteristics. Political speeches often represent immigrants in a reductionist way. When the migration process becomes a topic of political discourse, it begins to represent, and at the same time incite, antithetical views and attitudes, which we will call here empathetic and non-empathetic. The objective of this article is to analyze the ways in which political discourses talk about immigration and reflect on the importance of empathy for a better understanding of the place of immigrants and immigration.

Keywords: Immigration; Empathy; Political discourse.

Introdução

A questão migratória é uma realidade mundial e antropológica, relacionada à própria evolução da espécie humana. A circulação de pessoas para além das fronteiras onde nasceram é algo que sempre existiu, e a própria constituição dos povos e das nações foi precedida de grande movimentação de pessoas através de territórios e continentes. O processo de unidade da espécie humana e da pluralidade de línguas é o resultado de vastas migrações que datam de alguns milhões de anos, das movimentações do *homo habilis* na África oriental e meridional, ao aparecimento do *homo erectus*, e mais tarde, do *homo sapiens*. Os processos de nomadização atestam a sua importância na constituição da própria espécie e de sua evolução (Hagège, 1985), mostrando que a aventura humana é constituída de processos contínuos e históricos de migrações. Vastas migrações explicam a origem das línguas indo-europeias. Há cerca de 7000 anos,

cavaleiros migrantes das estepes russas, da região do Mar Negro, atravessaram o continente europeu, percorrendo-o até o oceano e a Ásia, impulsionando a movimentação de pessoas e impondo mesclas de todo o tipo, além de promover a expansão das línguas indo-europeias (Walter, 1994). Esses cavaleiros das estepes levavam consigo línguas que se diversificaram no contato com populações encontradas no caminho. Foram essas migrações que impulsionaram as línguas ocidentais que conhecemos hoje no século XXI, cuja base comum pertence a uma mesma família indo-europeia. Mais tarde, representantes dessa “família”, como o português, o espanhol, o inglês e o francês, migraram para as américas, constituindo as línguas faladas em diferentes países, da Patagônia ao Canadá. O que somos hoje, as línguas que falamos, os diferentes aspectos culturais que nos identificam, nossas formas de viver e de existir, devem-se substancialmente ao fenômeno das migrações humanas.

O purismo étnico, o angelismo e as formas contemporâneas de identitarismos nacionais representam uma resistência cultural aos movimentos naturais e antropológicos humanos, caracterizados pela mistura de pessoas, etnias e povos. Se a identidade pode ser um atributo afetivo e histórico de um povo, ela constitui um obstáculo à empatização com povos percebidos como diferentes, representados como *migrantes* ou *imigrantes*. A globalização comercial, o avanço dos meios de transportes e das tecnologias de interação em rede são fatores que impulsionam a aproximação entre pessoas de territórios diferentes e potencializa os fluxos migratórios, além, claro, das questões relacionadas às desigualdades sociais, às necessidades de sobrevivência e aos conflitos bélicos.

Compreender a questão migratória vai além da visão da imigração como um “problema de sociedade”, como uma ameaça ao bem-estar de um povo ou às suas características identitárias e culturais, que são representações imaginárias tradicionais, exaltadas e radicalizadas por discursos políticos reducionistas. Nesse sentido, quando o processo de migração se torna tema do discurso político, passa a representar, e ao mesmo tempo incitar, visões e atitudes antitéticas, que chamaremos aqui de *empáticas* e *não empáticas*. O objetivo deste artigo é analisar os modos antitéticos como discursos políticos falam da imigração e se posicionam em relação aos imigrantes e à “questão migratória”.

As pré-noções

Antes, precisamos definir algumas pré-noções. A *migração* é um fenômeno global que diz respeito à circulação de pessoas de regiões a outras do planeta, seja por nomadização, seja por fatores dos mais diversos, econômicos, políticos, familiares etc. A *emigração* é o movimento *exocêntrico*, que indica o movimento de dentro para fora, como o ponto de partida. A emigração como um movimento *exocêntrico* subentende algo “fora” do centro, representado como deslocado de onde deveria estar.

A *imigração* é o resultado do movimento exocêntrico, visto agora, tanto da perspectiva do cidadão de “dentro” como do emigrante, que vem de fora para dentro; é percebida como o ponto de chegada. A imigração, sendo o resultado do movimento exocêntrico, sob o ponto de vista de quem se encontra no centro (os “de dentro”), é percebida como um fluxo vindo de um lugar onde deveria ter permanecido, deslocado de onde deveria estar. A *imigração* é uma noção específica, local, materializada em um contexto social e discursivo. E o *imigrante*, que é uma pessoa real, é o produto dessa percepção, pois é identificado

e representado assim por ter migrado de seu país, “do lugar onde deveria estar”.

Por definição, o imigrante ocupa a condição de um residente que não possui a nacionalidade do país estrangeiro em que reside. O imigrante pode ter um estatuto de refugiado (detentor de um visto de asilo) ou de quem solicita asilo; ou pode ser um estudante; ou um estrangeiro que busca reagrupar-se com sua família; ou um trabalhador etc. Pode ser também um *imigrante ilegal*, sem os documentos exigidos para estar ali, podendo, por isso, ser expulso. *Os imigrantes* também constituem uma pré-noção importante, pois diferente do imigrante, no singular, que é uma pessoa identificada de forma genérica, mas exemplar (Charaudeau, 2006), os imigrantes remetem a um grupo social, identificado de modo genérico e globalizante, sem especificações, ou seja, sem considerar seus diferentes estatutos. No plural, torna-se uma categoria ou classe de pessoas.

Análise do discurso e empatia

A questão que iremos tratar aqui diz respeito à presença da empatia, ou da falta de empatia, em discursos políticos que falam sobre a questão migratória. A empatia é definida como a atitude de se colocar no lugar do outro diferente de si para, em alguma medida, pensar, sentir e ver o mundo dessa posição. Essa definição, de início simples, se abre, no entanto, à complexidade, pois se colocar no lugar do outro exige competências diversas que extrapolam as questões afetivas do sentir (sentir o que outro poderia sentir em uma dada situação ou expressar um sentimento de comiseração, ou seja, sentimento de piedade diante do sofrimento vivido pelo outro, por sua infelicidade etc.). A empatia de que gostaríamos de tratar aqui abrange o sentir, naturalmente, mas também e, sobretudo, o fazer (a relação do ato com a pessoa), o pensar, o saber e o julgar. A empatia, nesse sentido, é uma das bases para o pensamento crítico, pois colocar-se no lugar do outro é reconhecer o ponto de vista desse outro, buscar compreender esse ponto de vista e enriquecer o seu próprio ponto de vista através dessa mobilidade empática.

No que diz respeito à Análise do Discurso, estudar a empatia é identificar, nos discursos, as atitudes de empatização do eu com o outro diferente de si mesmo. Isso pode ocorrer no plano enunciativo, em que locutores/enunciadores empatizam com os pontos de vista de outros locutores/enunciadores diferentes de si. Ou no plano da relação que um locutor/enunciador assume com objetos do discurso, como a imigração e os imigrantes, ou seja, como percebem, julgam, pensam esses temas. Em relação ao discurso político, um discurso em ação de impacto na vida social e nas representações públicas cidadãs, propomos verificar em que medida ele exerce a mobilidade empática sobre a questão migratória – e aos migrantes – ou, ao contrário, não empatiza com eles, promovendo a repulsa e a rejeição a esse outro-diferente que é o imigrante.

Empatizar com a questão migratória consiste em pensá-la, senti-la e julgá-la nesse lugar que é o da imigração – deslocando-se do seu próprio lugar, de não imigrante ou de suposta vítima da imigração – o que significa expressar um ponto de vista mais complexo, com centros de referência múltiplos, ao falar sobre o tema. Exercer a mobilidade empática consiste, portanto, em se engajar numa relação heterodialógica com pontos de vista externos aos de si próprio, enriquecendo o seu próprio discurso com os pontos de vista de diferentes alteridades. O contrário é a posição autocentrada e reduzida a um

dialogismo com uma alteridade da qual o homem político se pensa representante – o cidadão anti-imigração, uma espécie de desdobramento de si mesmo e, por isso, um dialogismo limitado e eleitoral. Na análise, eu me servirei de discursos proferidos por atores políticos – homens e mulheres – relevantes no domínio político (autoridades, postulantes a cargos executivos e parlamentares) reagindo à questão migratória contextualizada em seus espaços de ação política.

Pensar aqui o problema da empatia consiste em trazê-lo para o campo da linguística do discurso, analisando os pontos de vista circulantes em um domínio – como o político – e como os atores sociais procuram – ou não – uma atitude de descentramento projetivo ao se relacionarem com os objetos e os pontos de vista de outros diferentes de si mesmo. Essa reflexão se faz com base nas propostas desenvolvidas por Rabatel (2017), especialmente quando ele trata dos pontos de vista em confrontação. Para Rabatel,

Se a empatia é um efeito de natureza projetiva, e se buscamos declinar os componentes cognitivo-linguísticos desse descentramento imaginativo, diremos que a empatia consiste em se colocar no lugar dos outros, a considerá-los de seu ponto de vista o que eles podem perceber, sentir, pensar, dizer, fazer... (Rabatel, 2017, p. 62, tradução nossa).

Pensar o fenômeno da empatia relacionando-o com o debate sobre a imigração permite que aprofundemos ainda mais a reflexão sobre esse fenômeno que possui uma dimensão política inegável. Mais do que refletir sobre os discursos em confrontação na cena política, é tentar identificar os pontos em que o debate nos enriquece e pode favorecer posturas de descentramento. Como ressalta Rabatel,

A empatia, sob as condições de abertura benevolente para com o outro, é uma oportunidade para o sujeito. Mais vale se abrir do que se fechar sobre si mesmo. Mais vale ainda se abrir não apenas àqueles que nos são próximos, mas também àqueles que estão distantes de nós (especialmente, sociologicamente, culturalmente, ideologicamente); e mais vale enfim tentar multiplicar essas experiências diferentes, buscando ao mesmo tempo hierarquizar-las para tentar pensar o complexo (Rabatel, 2017. p. 65, tradução nossa).

Em relação ao problema da imigração no debate político, o descentramento de si ocorre ao se abrir a uma maior compreensão dos imigrantes, de seu papel, de seus direitos, de suas necessidades, de seu pensar, fazer e sentir, e de seu real impacto sobre uma sociedade civilizada. Para isso, o político precisaria se abrir a centros de referência múltiplos e não apenas reduzidos a uma ética finalista de sua busca pessoal pelo poder, pelo voto do eleitor ou pela garantia de postos de trabalho. Isso não significa que o ponto de vista do eleitor não tenha também que ser considerado no descentramento e na mobilidade empática, mas que os objetos “imigração” e “imigrante” são, antes de tudo, partes da complexa questão migratória, que não se reduz ao estereótipo do imigrante como um invasor ou como um concorrente no mercado de trabalho ou a um enquadramento do tipo identitário, religioso ou burocrático. Em consonância, mais uma vez, com Rabatel, entendemos que a mobilidade empática é uma oportunidade para todos nós, enquanto sujeitos sociais e discursivos, para um enriquecimento pessoal através da relação intersubjetiva:

[...] a abordagem da mobilidade empática consiste não apenas em praticar essa mobilidade interessando-se pelos outros, em sua diversidade, mas em praticá-la inclusive em sua relação com os objetos da experiência, para girar em torno deles, considerá-los de vários ângulos, vários pontos de vista. De tal forma que essa mobilidade empática total permite enriquecer nossas experiências dos outros e do mundo, na medida em que o descentramento em que se baseia a abordagem empática só é positivo para o sujeito se ele conservar o próprio sentimento de si (Rabatel, 2017, p. 66, tradução nossa).

Percorrer os objetos da experiência, consiste, na questão migratória, a considerá-la sob vários ângulos, especialmente aproximando-se dos casos concretos, das situações reais, das pessoas, e não considerando o problema apenas a partir dos próprios interesses ou dos discursos simplificadores e estigmatizantes, geralmente abstratos.

O descentramento favorece as posturas empáticas, na medida em que descentrar-se permite uma abertura maior à percepção de realidades múltiplas. Assim, Rabatel (2017), retomando o pensamento de Latour (2006), ressalta que “a empatia não é apenas a capacidade de se colocar no lugar dos outros, mas também se descentrar buscando outros pontos de vista possíveis para girar melhor em torno dos objetos, a fim de gerar uma compreensão mais completa deles” (Rabatel, 2017, p. 187, tradução nossa). Tal descentramento é destacado também por Nussbaum, ao pensar a dimensão do político como a capacidade de pensar no bem do país de modo integral e não apenas de um grupo específico, a capacidade de julgar com espírito crítico as possibilidades reais e concretas que se apresentam, a capacidade de olhar para além de seu próprio país, considerando de forma inteligente possibilidades transnacionais (Nussbaum, 2011 *apud* Rabatel, 2017, p. 187, tradução nossa).

O descentramento é justamente o que permite desenvolver a mobilidade empática e tratar os problemas em sua complexidade, não os reduzindo a paixões primárias e fragilidades contextuais, como o medo da concorrência por emprego, a perda de uma identidade nacional – jamais assegurada e geralmente imaginária – ou o medo de “pessoas potencialmente perigosas”, porque estrangeiras e exóticas. É a falta de descentramento e de mobilidade empática que leva à diabolização de pessoas, à discriminação étnica, ao amálgama.

Discurso políticos e questão migratória

Discursos políticos em várias partes do mundo têm adotado um ponto de vista negativo e duro sobre a imigração e sobre os imigrantes, correspondendo ao que chamaremos aqui de argumentação não empática, egocentrada e estigmatizante. A imigração é vista e representada nesses discursos como um problema da sociedade e uma ameaça, devendo, por isso, ser reduzida ao mínimo possível, com medidas, inclusive, policiais, de enfrentamento. Tal ponto de vista contribui para a difusão de representações públicas não empáticas, não favorecendo o desenvolvimento de capacidades para compreender melhor e de forma mais concreta a questão migratória, para além do seu enquadramento como um “problema social” e a visão do outro como uma ameaça. Os discursos excessivamente críticos e negativos sobre a imigração constroem uma visão dos imigrantes como um grupo perigoso, distorcem os dados concretos

sobre o fenômeno e, ao reproduzir estereótipos estigmatizantes, reforçam a xenofobia.

O discurso político é um domínio onde prevalece a enunciação de asserções categóricas sobre objetos bastante controversos, em que a noção de verdade geralmente não cabe. Políticos costumam ser assertivos, expressam convicções fortes e relativizam raramente suas afirmações e suas evidências que são, em geral, subjetivas. Tal assertividade ocorre, com efeito, para estabelecer acordos com seus eleitores a respeito de objetos de discurso que mobilizam valores, afetos e visões de mundo. Com relação à imigração e, em particular, aos imigrantes, os políticos se engajam assertivamente para deixar claras as suas posições e, com isso, confortar seus eleitores. A imigração é um objeto de discurso complexo, capaz de abarcar pontos de vista dos mais diversos: políticos, filosóficos, sociológicos, religiosos, econômicos etc. Sua discussão exige um grau de complexidade intelectual importante.

A imigração – e mais especificamente a migração – é um fenômeno antropológico. O imigrante é uma *pessoa* que, em razão da ligação que se faz dela com um tipo de *ato* (o de migrar de seu país para outro), é reduzido à condição e à identidade de *imigrante*. Em geral, discursos políticos encapsulam a discussão partindo dos imigrantes, no plural, como um grupo exótico que não pertence ao lugar em que está, ou seja, à nação, ao centro, ao *nós*. Tais discursos apelam para sentimentos de insegurança, de ameaça, de ódio e de medo e evitam discutir a questão migratória em sua complexidade, que envolve aspectos diversos, como o comércio mundial, as redes colaborativas, as associações familiares, os conflitos, entre muitos outros.

Uma representação social corrente dos imigrantes é de que estes constituem um grupo de pessoas perigosas, indesejáveis e inferiores¹. Essa representação é construída, na maioria das vezes, pela focalização de imigrantes em condições de precariedade e, não raramente, envolvidas em ilicitudes. A focalização de imigrantes bem-sucedidos, ocupando cargos de prestígio e de poder, é bem menos recorrente. O que se vê, em geral, são notícias de imigrantes-problema, imigrantes-miseráveis, imigrantes-pedintes, imigrantes-ilegais. Essa visibilidade parcial caminha junto com a invisibilidade mais geral desses grupos. Os imigrantes, em geral, não falam, não têm voz, são falados por outros (políticos, agentes sociais, autoridades, policiais, intelectuais etc.). Como eles não falam por si próprios, eles são objetos de representação de terceiros, num processo que inclui *estereotipagem* e *generalização*.

Ao estabelecer laços com eleitores, os políticos assumem um dialogismo com eles. Tal dialogismo ocorre num plano interdiscursivo, ou seja, eles dialogam com suas formações discursivas (Pêcheux, 1975), representando, em alguma medida, as posições ideológicas de seus eleitores. Como se trata de uma representação, o discurso dos políticos tende a assumir os pontos de vista *imputados* a seus eleitores potenciais. Esse discurso de representação é empático com seus eleitores, pois os políticos procuram se colocar no lugar deles, assumindo suas opiniões, seus valores, sentimentos e preocupações. A imigração é um dos objetos de discurso que um político pode assumir como pauta de sua representação.

Os políticos podem adotar duas posturas dialógicas antitéticas: um dialogismo empático e um dialogismo não empático. O dialogismo empático surge, de um lado, das vozes políticas que expressam pontos de vista próximos dos pontos de vista dos próprios imigrantes, ou seja, se colocam no lugar

I Ver: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. Revista USP, n. 119, Direitos humanos, 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/revistausp/revista-usp-119-textos-8-imi-grantes-indesejaveis-a-ideologia-do-etiquetamento-durante-a-era-vargas/>.

dos imigrantes em seus discursos de justificação de suas posições políticas em defesa dos direitos dos imigrantes; representam de algum modo o seu pensar, o seu sentir e o seu fazer, recusando o reducionismo do imigrante a questões circunstanciais e a julgamentos prévios (imigrante indesejável, perigoso, inferior). Mas esse mesmo dialogismo pode empatizar com outros centros de referência, com pontos de vista que não sejam os do próprio imigrante, mas de instâncias que desenvolvem racionalizações múltiplas sobre a questão migratória (sociólogos, cientistas, pesquisadores etc.).

O dialogismo não empático ocorre, ao contrário, quando o político exprime pontos de vista que são distantes dos pontos de vista dos imigrantes, não se colocando, portanto, no lugar deles, e mostrando-se avesso ou indiferente à representação do seu pensar, sentir e fazer. Nesse caso, o imigrante se torna uma caricatura, estereotipado como inferior, indesejável, perigoso, invasor. O dialogismo não empático, em geral, também não procura empatizar-se com pontos de vista externos que buscam racionalizar a questão migratória. Isso ocorre porque, de modo geral, o ponto de vista não empático, na política, reduz seu dialogismo ao grupo de representados, ou seja, seus eleitores ideais. O dialogismo não empático com os imigrantes é empático com os eleitores que são contrários aos imigrantes.

A polaridade ideológica que caracteriza o discurso político torna a questão migratória um objeto de disputa tensiva e polêmica, cujas consequências, em geral, são negativas para a discussão da questão migratória, pois ela se torna um objeto a mais da luta político-ideológica. Em geral, percebe-se que, no espectro ideológico de direita, os discursos políticos assumem posturas não empáticas; já no espectro político de esquerda, os discursos políticos tendem a assumir posturas mais empáticas, seja pelo compromisso que assumem com as questões humanitárias, seja porque são mais convocados a assumir posturas progressistas.

Discursos políticos sobre a questão migratória e os migrantes: A estigmatização

Em seu discurso inaugural como presidente eleito do Peru, o professor e sindicalista Pedro Castillo afirmou que “os criminosos estrangeiros terão 72 horas para sair do país”. Segundo matéria do coletivo Migramundo^{II}, essa fala não é algo isolado na cena política peruana, país que atualmente é um dos que mais receberam venezuelanos migrantes. Estereótipos que representam os migrantes como perigosos e responsáveis por problemas de segurança pública são frequentes no discurso político peruano e na sociedade. O discurso político, em sua instância mais elevada, vem contribuindo para uma estigmatização importante dos imigrantes no Peru e em outros países. Um estudo mostra como esse discurso é sustentado em “mitos”, ou estereótipos sobre a população migrante:

A criminalização dos migrantes venezuelanos é um fenômeno que consiste na construção social da imagem das pessoas dessa nacionalidade como uma ameaça à sociedade. No Peru, pudemos verificar este fenômeno nos últimos anos e, em particular, durante as campanhas eleitorais. Este tipo de propostas e discursos políticos hostis ecoam as percepções negativas que circulam entre

II O Migramundo é um projeto jornalístico voltado à temática migratória, tendo como norte o entendimento da migração como um processo humano e um vetor de desenvolvimento – tanto social quanto político, econômico e cultural, além do combate à xenofobia. Para seus organizadores, eles têm como princípio ver a pessoa migrante como um sujeito de direitos, evitando termos depreciativos ou que possam gerar qualquer tipo de preconceito. Além disso, consideram a migração como um direito humano, sendo assim, portanto, suprapartidário. Ver: <https://migramundo.com>.

a população peruana^{III}.

O discurso político contribui, assim, para uma percepção negativa dos migrantes pela população. No caso do Peru, o foco está na migração venezuelana. Interpelada por discursos estigmatizantes que colocam o imigrante e a imigração como um bode expiatório dos problemas históricos do país, a população reforça seus pressupostos já avessos aos estrangeiros. Ela entende como legítima a visão e a percepção do imigrante como esse outro exótico e ameaçador, não se colocando no lugar dele como um lugar que pode pertencer a qualquer um em algum momento histórico (e não vê a si mesma no lugar de um refugiado ou de uma população que foge de um contexto de grande vulnerabilidade, ou ainda de alguém que busca um reagrupamento familiar etc.).

A estigmatização pela representação estereotipada de imigrantes tem aumentado em vários países, não sendo mais uma temática dos países desenvolvidos. Vários países da América Latina lidam com a imigração venezuelana, haitiana, entre outras, e vêm reproduzindo os discursos estigmatizantes. De países tradicionalmente representados como origem da imigração-problema, passaram também a ser países estigmatizadores de imigrantes.

Todos os países, em tese, têm uma parte de sua população que migra por razões muito diversas. Também em tese, todos os países possuem uma parte de sua população constituída de imigrantes, com diferentes estatutos. A recepção de imigrantes passa por percepções históricas plurais. De maneira geral, no Brasil, quando se trata de migrações norte/sul, ou seja, da Europa e América do Norte para a América do Sul, a percepção é mais positiva^{IV}. Porém, quando se trata de migrações de povos originários de países em conflito ou vivendo experiências de precariedade, como a Venezuela, o Haiti, países africanos, árabes etc., a percepção é negativa e a questão migratória é pensada e sentida como um problema de sociedade, especialmente de segurança pública. Vamos ver alguns casos.

Discurso sobre imigração na França

Dados mostram que a imigração na França diz respeito a 10% de sua população. A população é composta por 87% de pessoas nascidas na França e 2% de franceses nascidos no exterior. Os imigrantes, definidos como os residentes na França, constituem 10% da população. Destes, a metade é composta de imigrantes originários da África do norte, Marrocos, Tunísia e Argélia, um terço de países europeus, como Portugal, Espanha e Itália, o restante de países de diferentes continentes. Falar de explosão de imigração na Europa ou na França é um exagero, apesar de se ter observado algum crescimento desde 2012. Esse crescimento decorre, sobretudo, do aumento de refugiados que buscam asilo, originários de zonas de conflitos. Desde 2012, o número de pedidos de asilo subiu mais de 6 vezes na zona europeia, segundo a ONU.

III Disponível em: Propuesta de Política Pública n.º19: Mitos sobre la criminalidad y la migración venezolana al Perú. Acessível em <https://ciup.up.edu.pe/ppp/mitos-sobre-la-criminalidad-y-la-migracion-venezolana-al-peru/>

IV Ver: EMEDIATO, Wander. Os enquadres discursivos do acontecimento migratório: narrativização, banalização e estigmatização. Revista de Estudos da Linguagem, v. 28, p. 597-618, 2020.

Já há algum tempo, a imigração na França é um dos temas mais mobilizados na política, especialmente pela direita mais radical e pela extrema-direita, que faz da imigração o seu cavalo de batalha para mobilizar eleitores. Os políticos de diferentes espectros ideológicos falam sobre o tema e assumem uma posição dentro uma polêmica pública que transforma a imigração na França em um tema social sensível (Emediato, 2023). Vejamos, através de exemplos, como a imigração é tratada nesses discursos políticos^V.

Na França, no espectro político de direita a imigração é pensada como um problema grave a ser combatido com o endurecimento de leis e restrições diversas. Eric Zemmour, jornalista e atual expoente da extrema-direita francesa, trata a imigração como um problema grave, relacionado, segundo ele, a uma visão conspiracionista que ele designa como “*grand remplacement*”, ou seja, uma teoria segundo a qual estaria em curso na França uma substituição dos franceses pelos imigrantes, especialmente árabes. O político do movimento “*Reconquête*” prega, para enfrentar essa *conspiração identitária*, a construção de muros nas fronteiras, a supressão de auxílios sociais aos imigrantes, o endurecimento das leis de residência e de pedidos de asilo.

Marine Le Pen, por sua vez, é líder do partido *Rassemblement National*, antigo *Front National* (FN), fundado por seu pai, Jean-Marie Le Pen. Para ela, é preciso controlar a imigração, proteger a nacionalidade francesa e a cidadania, endurecer as leis de imigração, extinguir a nacionalidade por direito de solo, reservando a nacionalidade francesa apenas aos que possuem algum vínculo familiar com franceses *de origem*. Nicolas Dupont-Aignan, que também já foi candidato à presidência, deseja endurecer as regras sobre imigração, suprimir o direito de solo, controlar as fronteiras e frear a imigração. Numa versão mais amena, todavia ainda contrária à imigração, Valerie Pécresse, antiga correligionária gaulista de Jacques Chirac, do RPR, hoje lidera o movimento *Soyons libres*. Pertencente à direita gaulista, republicana, defende o endurecimento das leis migratórias na França, a redução dos auxílios sociais e de saúde aos estrangeiros e considera que nas últimas décadas a França viveu um laxismo migratório.

Emmanuel Macron, ex-socialista, atualmente ocupa o centro na política francesa, ao criar seu próprio partido e movimento, o *Renaissance*. Eleito presidente, defendeu, durante as eleições presidenciais, a reforma do direito de asilo e um maior controle das fronteiras, assim como medidas para facilitar a expulsão de imigrantes ilegais. No entanto, não radicalizou o tema, adotando um ponto de vista moderado. Enquanto eu escrevia este artigo, o seu projeto de lei sobre a imigração foi aprovado pela assembleia nacional, endurecendo as regras de entrada de imigrantes e facilitando a expulsão de imigrantes ilegais.

No espectro político de esquerda, as opiniões divergem e não adotam um ponto de vista negativo sobre a imigração. Yanick Jadot, por exemplo, defende uma mudança positiva na política migratória, ressaltando o espírito de solidariedade e de ajuda para a inserção profissional dos imigrantes, com o fim da repressão policial e a regularização dos imigrantes já instalados na França. Anne Hidalgo, do Partido Socialista, também adota um ponto de vista positivo, visando a reforçar as políticas de acolhimento e recusando os discursos discriminatórios contra os imigrantes. Jean Luc-Melanchon, candidato de extrema-

V Disponível em: <https://www.publicsenat.fr/actualites/non-classe/presidentielle-que-proposent-les-candidats-sur-l-immigration-201088>

esquerda à eleição de 2022, defende, na mesma linha, e de forma mais intensa, o acolhimento e a ajuda aos imigrantes. Denuncia uma “Europa fortaleza”, defendendo a intensificação dos laços da França e da Europa com os países do norte da África, facilitando uma política de cooperação europeia-mediterrânea. Postulando uma política “humanista”, a França deveria, segundo ele, facilitar a regularização dos imigrantes ilegais e as políticas de acolhimento e de assistência. Fabien Roussel, do Partido Comunista Francês vai na mesma linha da esquerda, criticando a *histeria* do debate discriminatório e defendendo uma política *humanista* de acolhimento e de assistência. Philippe Poutou e Nathalie Artaud, também filiados à esquerda, seguem a mesma linha de apoio e de defesa dos imigrantes.

Nota-se, portanto, que fica bastante claro que a empatização com os imigrantes aumenta nos partidos de esquerda e se reduz, significativamente, nos partidos de direita. Os primeiros adotam um ponto de vista solidário e humanista, voltado para a integração dos imigrantes e para políticas de acolhimento. Já os políticos de direita demonstram, em suas propostas, de forma generalizada, que veem a imigração como um problema e uma ameaça ao país, à identidade nacional, aos empregos e à coesão nacional, defendendo o endurecimento das leis migratórias e a expulsão de imigrantes. Não é, portanto, uma surpresa que o índice de franceses desfavoráveis à imigração aumente entre os eleitores dos políticos de direita citados e diminua entre os eleitores dos políticos de esquerda.

A polêmica da separação das famílias de imigrantes nos EUA: Um caso singular de empatização

A política da separação das famílias de imigrantes nos EUA, posta em prática pelo governo de Donald Trump, em 2018, abriu uma polêmica pública a respeito do assunto. Se, de um lado, ela exacerbou o conflito de opiniões sobre imigração, de outro lado, ela permitiu que pontos de vista empáticos circulassem, colocando a opinião pública americana, assim como de outros países, diante da questão dos valores. Tal debate permite, com efeito, o desenvolvimento de capacidades empáticas, ao permitir aos cidadãos confrontados com o problema colocarem-se no lugar dos imigrantes, pelo menos em relação a uma questão específica, como a relacionada com a família, os pais e os filhos. O reagrupamento familiar é um dos estatutos mais respeitados quando se trata de imigração, pois remete ao direito de familiares viverem juntos. Essa discussão envolve um valor importante que é o valor da família. A separação dos filhos de seus pais produziu uma intensa reação nos EUA.

Ao abordar o tema da separação das famílias, a ONU se posicionou em defesa dos direitos humanos. O ponto de vista dos direitos humanos é inerente à argumentação da ONU, em qualquer discussão que a interpele, já que foi essa instituição que aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Embora não seja um documento com base jurídica e legal, a Declaração de 1948 serve de fundamento para declarações e ações em nível internacional, além de ser a base de dois importantes tratados, estes com força legal, da própria ONU sobre os direitos humanos: o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

É com base nos princípios dos direitos humanos que a porta-voz da ONU, Ravina Shamdasani, ao discutir a polêmica nos EUA sobre a separação das famílias de imigrantes, critica a ação governamental americana, exortando o governo de Donald Trump a não separar as crianças de suas famílias: “Pedimos às

autoridades americanas que adotem alternativas que evitem privar a liberdade e que permitam às crianças permanecerem com suas famílias”^{VI}.

A porta-voz do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU afirmou que separar famílias e deter menores de idade representa uma “violação grave dos direitos da criança”^{VII}, ressaltando que “as crianças nunca deveriam ser detidas por razões vinculadas a seu status migratório ou de seus pais”. O ponto de vista do representante da ONU vincula-se, assim, ao imaginário humanitário, que é uma das bases representacionais das posições da ONU. Os direitos humanos, como uma representação de justiça universal, se sobrepõem a todos, acima da soberania dos países e de seus interesses particulares. Na página da Unicef, por exemplo, pode-se ler o enunciado: *Os direitos humanos são universais, isto é, todos os 7,6 bilhões de seres humanos que vivem na Terra nasceram com esses direitos, e ninguém pode tirá-los deles*. Assim, o representante da ONU pode emitir conselhos e mesmo advertências aos países, sobre tratamentos julgados excessivos sobre os imigrantes – ou sobre qualquer outro problema que afete direitos civis – desviantes dos princípios humanitários e dos direitos humanos.

O ex-presidente dos EUA, Bill Clinton (Democrata), emitiu opinião sobre a polêmica da separação das famílias:

Neste Dia dos Pais penso nas milhares de crianças separadas dos pais na fronteira. Estas crianças não deveriam ser um instrumento de negociação. E reuni-los com as suas famílias reafirmaria a crença e o apoio da América a todos os pais que amam os seus filhos^{VIII}.

Bill Clinton, em sua página no twitter, enuncia em consonância com o ponto de vista da ONU, ressaltando o valor familiar, importante para os americanos e que funciona como uma espécie de *topos* que atrai para si os que compartilham a virtude da família, da união e do sentimento de amor dos pais pelos seus filhos. O post do ex-presidente foi publicado em homenagem ao dia dos pais.

Hillary Clinton, adversária de Trump na eleição de 2016 e esposa de Bill Clinton, acusou o presidente Trump de usar as crianças para fins políticos, afirmando que “Isso é uma crise humanitária e moral. Todo ser humano com um senso de compaixão e decência deveria ficar indignado”.

Entre os republicanos, o senador John McCain se posicionou contra a política de separação das famílias e exortou o governo de Trump a encerrar a ação que seria, para ele, uma afronta à decência e aos valores do povo norte-americano e da nação.

A atual política de separação familiar da administração é uma afronta à decência do povo americano e contrária aos princípios e valores sobre os quais a nossa nação foi fundada. A administração tem o poder de rescindir esta política. Deveria fazê-lo agora^{IX}.

VI Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/contra-e-a-favor-veja-opinioes-sobre-a-politica-que-levou-a-separacao-de-familias-imigrantes-nos-eua.ghtml>

VII Também com base na Declaração dos Direitos Humanos, a ONU criou legislações e normativas sobre direitos das crianças e dos adolescentes.

VIII Disponível em: <https://twitter.com/BillClinton> de 17 de junho de 2018.

IX Disponível em: https://twitter.com/SenJohnMcCain/status/1008854185276735488?ref_src=twsrc%5E

A posição humanitária e centrada em valores positivos acompanha a maioria das falas públicas de atores políticos quando o contexto sinaliza uma polêmica pública e midiática, como foi o caso da ação de separação das famílias durante o governo de Trump. Mesmo os políticos mais radicais sobre a imigração tendem a enunciar essa posição, também se dizendo contra o princípio de separação das famílias, mas ressaltando ser um *mal necessário*. Trump, por exemplo, afirmou considerar também “horrrível” tal separação, apesar de ordená-la. Outros atores sociais, como o procurador-geral dos EUA, Jeff Sessions, defendeu que a medida, “apesar de perturbadora”, era necessária para coibir a imigração ilegal. Na mesma linha, o ex-secretário americano de Trump, John Kelly, declarou que a medida poderia ter efeito coibitivo.

O que fica evidente nesse debate sobre separação de famílias é que as posições empáticas foram exibidas por diferentes atores políticos, democratas e republicanos, em razão de um valor importante que promoveu tal empatia. Ao se posicionar contra a separação das famílias, os atores sociais se deslocaram circunstancialmente do seu próprio lugar e se colocaram no lugar dos imigrantes cujos filhos foram separados dos pais, colocando-se, portanto, no lugar do seu *sentir*. Esse caso mostra que discutir a questão migratória passa por sua materialização em casos concretos que permitam o descentramento e a mobilidade empática.

Imigração e trabalho

Para além da questão identitária, muitas vezes colocada como prioritária – e que revela a xenofobia no seu estado mais cruel –, é a questão econômica, de fato, a mais relevante na questão migratória, ao lado dos migrantes das guerras e das perseguições políticas, que se vinculam à dimensão do asilo político. Se a questão migratória é complexa e multidimensional, o fator econômico deve ser tratado de forma primordial, seja no acolhimento às populações migrantes em busca de trabalho e sustento, seja na questão das políticas de cooperação econômica com os países onde esse tipo de migração é mais significativo.

Grande parte dos imigrantes deixa seus países de origem para buscar melhores condições de vida e de trabalho. A relação entre imigração e trabalho é um dos pontos mais controvertidos do assunto e mobiliza falas e ações políticas. De um lado, fala-se que os imigrantes ocupam, em sua maioria, postos de trabalho que não são atrativos para as populações nativas, ou seja, trabalhos braçais, domésticos, da construção civil, serviços (hotelaria, restauração), considerados menos remunerados e pouco qualificados pelos nativos. Ainda que o trabalho dos imigrantes seja percebido como “necessário” e contribua para preencher “lacunas” não preenchidas naturalmente pelos nativos, políticos mobilizam o tema e articulam ações contra o trabalhador imigrante.

É o caso do governador da Flórida, Ron DeSanctis (republicano), com sua mais nova lei que, segundo ele próprio, seria “a legislação mais forte contra a imigração ilegal” nos Estados Unidos. A lei dificulta a vida dos imigrantes sem documentação no estado e estabelece duras penas para quem os

[fw%7Ctwcamp%5Erweetembed%7Ctwterm%5E1008854185276735488%7Ctwgr%5E0b35d7d3d4f8339868c1c43890ff5e365203f497%7Ctwcon%5Es1_ &ref_url=https%3A%2F%2Fd2279182105582535202.ampproject.net%2F2309290141000%2Fframe.html](https://fw%7Ctwcamp%5Erweetembed%7Ctwterm%5E1008854185276735488%7Ctwgr%5E0b35d7d3d4f8339868c1c43890ff5e365203f497%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fd2279182105582535202.ampproject.net%2F2309290141000%2Fframe.html)

emprega e para quem os transporta em seus veículos. A lei de DeSantis determina que as empresas devem confirmar o status migratório de seus empregados por meio do sistema E-Verify – um site que permite verificar a empregabilidade de um imigrante do ponto de vista legal. Quem não cumprir a legislação irá enfrentar sanções severas, que podem incluir prisão, perda de licença e multas.

Nessa mesma linha agressiva de criminalização da imigração, duas declarações ocuparam o noticiário por sua radicalidade: a do governador do Texas, que adotou uma lei exclusiva do Estado para criminalizar os imigrantes que entram pelo Texas; e a de Donald Trump, que declarou: “Eles poderiam trazer doenças que se espalhariam em nosso país, eles trazem o crime [...] Eles estão destruindo o sangue do nosso país. Eles estão destruindo a estrutura do nosso país” (tradução nossa^X). A polêmica declaração foi considerada uma paráfrase de frase similar de Hitler em seu livro “Minha luta”.

No Brasil, discursos de ódio são frequentemente difundidos em redes sociais contra imigrantes haitianos e venezuelanos, fazendo referência à questão do mercado de trabalho, sem que o fluxo migratório desses países interfira de maneira significativa nos índices de emprego e desemprego. Tais discursos têm evidente base xenófoba e estão ligados, em geral, a grupos de extrema-direita, como mostra o trabalho realizado por Souza e Rebelato (2015)^{XI}. As autoras trazem em seu estudo postagens em redes sociais contra os imigrantes, num claro discurso de incitação ao ódio, permeado de índices de violência verbal, como no excerto abaixo:

A quantidade absurda de imigrantes que não possuem maneiras de se manter em nosso país, principalmente os haitianos é preocupante. Nossa nação está sofrendo uma grave crise econômica e esses povos continuam a invadir nossa terra, mais de 1000 haitianos já foram mandados para São Paulo, sem contar o de outras regiões, e o governo de São Paulo já pretende fornecer o bolsa família para estes imigrantes que roubam o emprego de milhares de brasileiros que já estão sofrendo com as taxas altíssimas de desemprego crescentes e recebem menos benefícios por parte do governo do que essa corja de imigrantes que chegam sem controle nenhum a nosso país (Souza e Rebelato, 2015, p. 85)^{XII}.

Vale destacar, no trecho acima, os modos de (des)qualificação genérica dos imigrantes, assim como suas formas de (in)determinação e denominação (*esses povos, estes imigrantes, essa corja de imigrantes*). A dificuldade desses sujeitos enunciadores de operarem um descentramento de si e uma empatização com os sujeitos imigrantes é visível e preocupante. Discursos políticos desse tipo não são raros, infelizmente, e difundem uma visão estigmatizadora dos estrangeiros que procuram se instalar em diferentes países em busca de trabalho, muitas vezes fugindo de conflitos que impedem a sua permanência em seus países de origem. O imaginário que sustenta tais discursos de ódio é o de que a “nossa nação” é um espaço fechado ao outro e que a cidadania e os direitos só se aplicam aos nativos, sendo ignorados e proibidos

X “They could bring in disease that's going to catch on in our country, but they do bring in crime. [...] They're destroying the blood of our country. They're destroying the fabric of our country.”

XI SOUZA, Elany A. de; REBELATO, Júlia Marques. Imigrantes no Brasil - discursos de ódio e xenofobia na sociedade da informação: como atribuir uma função social à internet? Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias. v. 1, n. 2, p. 74-97, Jul/Dez. 2015.

XII Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=966244823406058id=902871299743411.

aos outros que não fazem parte do espaço nacional. Os outros (*esses povos, essa corja...*) são invasores, não pertencem ao *nosso* espaço, reforçando a noção de movimento exocêntrico: a *nostra nação* é o centro e o *dentro*, enquanto o outro é aquele que vem de fora, de um lugar (incompreendido) de onde não deveria ter saído. É o exótico invasor, o *bárbaro*.

As mídias e a imigração: A mediação do abstrato para o caso concreto

A busca pelo trabalho leva muitos migrantes a arriscarem suas vidas na tentativa de entrar nos países que consideram ser a solução para seus problemas. Para alcançarem esses países, muitos percorrem caminhos e rotas bastante perigosas. A travessia do México para o EUA é palco de tráfico humano e mortes, assim como a travessia da África para a Europa através de embarcações precárias, muitas delas terminando em naufrágios no mar Mediterrâneo. Segundo a ONU, 60.000 migrantes já morreram ou desapareceram durante esses trajetos, sobretudo pelo mar Mediterrâneo.

O contato das pessoas não migrantes com a realidade das pessoas migrantes passa, em geral, pelas mídias, sendo mais raro o contato concreto com imigrantes, sobretudo quando não se está vinculado a um movimento ativista. As mídias têm um papel importante na representação da questão migratória. Apesar da banalização que pode resultar dos tratamentos midiáticos da questão, a exposição de casos concretos permite ver e perceber as pessoas reais por detrás da abstração da noção de imigração. Em geral, as mídias de referência adotam o ponto de vista da *ética cidadã* (Emediato, 2010), focalizando os imigrantes em situações de vulnerabilidade e risco, o que pode favorecer a empatia de leitores com casos concretos. Esses casos, noticiados pelas mídias, podem servir de fonte para a mobilidade empática, na medida em que permitem um conhecimento mais próximo da realidade das pessoas. Por essa mediação, pode-se passar da abstração (a imigração como representação de atores políticos), para os casos concretos, em que as pessoas são focalizadas no contexto real de (i)migração e podem ter voz e alguma visibilidade.

Reportagens da BBC News da África trazem com frequência falas e relatos de imigrantes, assim como de parentes de vítimas das travessias, formando exemplaridades, como o caso do irmão de um homem que morreu no naufrágio de um barco com dezenas de migrantes, em Cabo Verde, tentando chegar à Espanha. Na reportagem, cerca de 60 pessoas teriam morrido no barco, que ficou à deriva no mar por mais de um mês. A matéria traz a fala do irmão da vítima, que relata: “Ele era um dos pilares da nossa família e era o sonho dele, para tentar sustentar a esposa e os filhos”. Mesmo após a tragédia, ele afirma que tentará fazer a mesma viagem que seu irmão fez.

Uma matéria que ficou na memória de muitas pessoas no mundo inteiro causou uma reação muito forte, ao trazer a imagem de uma criança morta numa praia da Turquia, vítima de uma travessia que resultou em naufrágio. A imagem viajou pelo mundo e foi amplamente difundida pelas mídias.



Policial paramilitar turco investiga o local onde apareceu o corpo de uma criança imigrante numa praia de Bodrum, na Turquia (Foto: AP)^{XIII}

A força da imagem reproduz uma realidade dramática e trágica, e o contato com ela, por sua carga afetiva e chocante, levou muitas pessoas, até então indiferentes às pessoas em situação de migração, a uma mobilidade empática. O corpo da criança tornou-se símbolo da chamada “crise migratória”.

Narrativas dos dramas de imigrantes são facilmente recuperáveis nas mídias jornalísticas. Em geral, os relatos mostram pontos de vista de familiares e amigos de migrantes que perderam a vida em travessias arriscadas. Em sua absoluta maioria, as narrativas evocam a *busca de um sonho*: trabalhar e sustentar a família, como neste relato:

Um dos meus irmãos, o Ibrahima, usou um dos telefones do médico para me ligar de Cabo Verde. Ele me disse que nosso outro irmão, Cheikhouna, havia se perdido no mar. Fiquei chocado. Éramos muito próximos, ele era um verdadeiro lutador. Ele era casado e tinha dois filhos. (...) No dia em que ele partiu, ele segurou minhas mãos e disse: “Irmão, tenho que ir”.

Uma reportagem, também da BBC News, traz a fala de um parente de imigrante morto, que descreve a revolta dos habitantes da cidade africana de origem, que teriam incendiado a casa do prefeito em protesto contra a falta de oportunidades em sua cidade, o que estimulava a imigração arriscada. Em geral, não se fala muito sobre a luta das populações nos países dos quais os imigrantes saem pela melhoria das oportunidades locais. Mas uma parte significativa da solução da “questão migratória” passa pela melhoria das condições de vida nesses países e pelo aumento da capacidade empática das populações que vivem nos países de melhor condição em relação a essas pessoas e esses países.

XIII Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/foto-chocante-de-menino-morto-vira-simbolo-da-crise-migratoria-europeia.html>.

Questão identitária e securitização da imigração

A questão identitária alimenta o medo da perda dos vínculos de identidade nacional ou regional, faz perceber o estrangeiro como uma ameaça à segurança, amplia o debate sobre securitização e fornece artilharia para o nacionalismo e a xenofobia. A base dessa questão é ideológica e imaginária e só pode ser superada por uma ação política e educativa capaz de desenvolver capacidades empáticas que permitam às pessoas perceberem o potencial de enriquecimento de suas identidades quando confrontadas às identidades dos outros, de se colocarem no lugar desses outros para melhor compreender a riqueza deles e de si próprias, ao invés de hierarquizar as identidades sobrepondo umas às outras, numa atitude anti-humanista de dominação.

De maneira geral, os discursos de extrema-direita têm insistido na ameaça identitária da imigração e na securitização, sobretudo, na Europa. A “questão identitária” relacionada à imigração é complexa e se mistura, de maneira equivocada, com a securitização, ou seja, ela sustenta discursos sobre políticas de segurança interna e de conceituações de cidadania que colocam o estrangeiro, não raramente, como um (não)cidadão, o que traz impactos para as relações internacionais. Velasco (2014), analisando casos e relatos de pessoas barradas em aeroportos e submetidas a interrogatórios, mostra como a percepção dos estrangeiros e de sua identidade exótica desafia a transnacionalidade das relações sociais:

[...] a securitização da imigração na União Europeia (UE), ou seja, a identificação do imigrante como ameaça existencial, e sua relação com a nacionalidade como critério de cidadania, (é) hoje desafiado pela transnacionalidade das relações sociais. [...] há uma dimensão cotidiana, regular, de indivíduos barrados, estejam eles sem os documentos necessários para a entrada nos países europeus ou tenham eles todos os documentos, convites, bolsas, cartas de recomendação. [...] O mesmo Estado que estimula a mobilidade, porque ela é de seu próprio interesse num mundo de informação transnacional, contém essa mobilidade, regulando seu excesso^{XIV} (Velasco, 2014, p. 16).

A securitização ameaça as próprias bases do espírito transnacional que inspirou a globalização, a livre circulação de pessoas e o multiculturalismo. A volta dos discursos nacionalistas e extremistas, em defesa da identidade nacional e de aspectos culturais forjados num imaginário angélico de busca de uma pureza absoluta, confronta-se com o desafio da abertura das fronteiras, físicas e culturais, do ideal de pluralidade étnica e da cooperação entre os países, diante de desafios comuns, prioritários e urgentes, como a defesa do meio-ambiente, a luta contra a fome e a prosperidade global. Diante desses desafios, a defesa de identidades nacionais e culturais mais parece um retorno aos tempos remotos do absolutismo e da formação dos estados nacionais. Ainda que pareça um pensamento distante do século XXI, certos discursos políticos insistem no tópico da identidade ameaçada e na securitização e mobilizam eleitores para a defesa de uma origem mítica da nação, da região ou da raça, atitude avessa à alteridade exótica e à natureza mestiça da humanidade.

XIV VELASCO, S. Imigração na União Europeia: uma leitura crítica a partir do nexos entre securitização, cidadania e identidade transnacional [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014. 189p.

Conclusão

Buscamos levantar uma reflexão sobre como discursos políticos difundem representações estigmatizadoras da questão migratória, assumindo, via de regra, pontos de vista não empáticos que influenciam o modo como muitas pessoas pensam e veem a imigração *de dentro*, ou seja, enquanto cidadãos “legítimos”, percebendo os imigrantes como exóticos, oriundos de um movimento exocêntrico, excluídos, portanto, da cidadania. Refletir sobre os movimentos migratórios e sobre os imigrantes sob a perspectiva da empatia consiste em se colocar no lugar dos imigrantes e de sua realidade tangível, do seu sentir, do seu fazer e do seu pensar, e não como uma abstração, um debate ideológico ou uma significação imaginária, como a ameaça a uma identidade percebida como contínua, mas que, na realidade, é sempre descontínua e em permanente evolução. Sob tal foco, pode-se ter duas atitudes antitéticas sobre a questão, expostas abaixo.

IMIGRAÇÃO E MOBILIDADE EMPÁTICA

NÃO EMPATIZAÇÃO

Ponto de vista centrado
O imigrante é uma ameaça externa
Políticas de repressão, controle e rejeição
Impossível alteridade – ameaça identitária
Nós vs. eles (disjunção)

EMPATIZAÇÃO

Ponto de vista descentrado
O imigrante é uma pessoa
Políticas de acolhimento
Possível alteridade
Eu e eles (conjunção)

A atitude não empática é uma atitude de rejeição do outro, porque o outro é visto como uma diferença capaz de ameaçar a identidade do cidadão não migrante, seus empregos, sua segurança. Trata-se, pois, de uma atitude egocentrada, voltada para a defesa de seu território em razão de uma significação imaginária de pertencimento genético, cultural, linguístico, jurídico ou religioso. Tal atitude egocentrada constrói uma relação heterodialógica negativa com o outro-diferente de si, bloqueando a mobilidade empática. Trata-se de uma relação heterodialógica antagonística em que o imigrante é percebido como inimigo.

De outro lado, a atitude empática vai ao encontro do outro diferente de si, para se colocar no seu lugar, aproximar-se do seu sentir, do seu pensar e do seu fazer, diminuindo a distância através do descentramento. Tal mobilidade empática permite ver o outro numa relação heterodialógica positiva, ou seja, um tipo de relação em que se permite conhecer o outro, colocar-se em seu lugar e se enriquecer com a diferença. Discursos políticos (e midiáticos) empáticos podem favorecer a mobilidade empática dos cidadãos ao discutir os casos concretos e as possibilidades reais de interação e de acolhimento. Isso inclui os discursos políticos de atores sociais diversos, como os próprios políticos, as mídias e os cidadãos que fazem circular representações públicas positivas sobre o tema, sobretudo ao falar de casos concretos e não de representações imaginárias, como as ideologias, as significações identitárias e os apelos às emoções primárias, como o medo, o ódio, a insegurança etc.

Referências

CARNEIRO, M. L. T. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP**, n. 119, Direitos humanos, 2018.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**. Modos de organização. São Paulo: Contexto, 2006.

EMEDIATO, W. **Análise do discurso numa perspectiva enunciativa e pragmática**. Campinas: Pontes, 2022. 480p.

EMEDIATO, W. (org.). **Interações polêmicas e violência verbal em temas sociais sensíveis**. Campinas: Pontes, 2023.

EMEDIATO, W. Os enquadres discursivos do acontecimento migratório: narrativização, banalização e estigmatização. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 28, p. 597-618, 2020.

EMEDIATO, W. Argumentação na mídia. Avaliação e problematidade ética. In: MACHADO, I. L.; MELO, R. (org.). **Análises do discurso hoje**. v. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna. 2010.

HAGÈGE, C. **L'homme de paroles**. Paris: Fayard, 1985.

RABATEL, A. **Pour une lecture linguistique et critique des médias**. Limoges: Lucas-Lambert, 2017.

SOUZA, E. A.; REBELATO, J. M. Imigrantes no Brasil - discursos de ódio e xenofobia na sociedade da informação: como atribuir uma função social à internet? **Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias**. v. 1, n. 2, p. 74-97, jul/dez. 2015.

WALTER, H. **L'aventure de langues en occident**, Paris: Éditions Robert Laffont, 1994.

VELASCO, S. Imigração na União Europeia: uma leitura crítica a partir do nexos entre securitização, cidadania e identidade transnacional [online]. Campina Grande: **EDUEPB**, 2014. 189p.